

Comerciante pede abertura na economia

Belo Horizonte — O relatório final do III Congresso Nacional das Associações Comerciais realça a necessidade de o presidente da República, a exemplo do que fez no plano político, assumir a coordenação efetiva da política econômica, introduzindo as correções necessárias com o menor custo social possível.

Os empresários de todo o país, no documento, afirmam ser tempo de restaurar a unidade de propósitos governamentais, "liberando a sociedade dos sobressaltos provocados pelas indefinições e reconciliando as expectativas". Sem isto — dizem —, o governo não logrará credibilidade perante a nação.

Diz o relatório: "É tempo de atitudes que restabeleçam a confiança de todos — empresários, trabalhadores, donas-de-casa, profissionais liberais e estudantes — nas medidas a serem adotadas, para não tornar inviáveis a recuperação econômica e a grande obra política do governo, que é a abertura democrática".

Os empresários comerciais consideram que quaisquer medidas que venham a ser adotadas não propiciarão resultados positivos se a sua implantação não resultar no debate e do consenso e de uma ação rápida e eficaz. Para a execução desse trabalho, eles oferecem a colaboração de toda a sociedade e das associações comerciais do Brasil.

EVITAR O DESPERO

Eles alertam que não é só a correção de desequilíbrios que está em jogo mas, principalmente, a definição do sistema econômico do país. "Ou se contém a expansão estatal — dizem —, ou o Brasil caminhará para o capitalismo de estado".

O relatório final, assinado por todos os presidentes de associações comerciais estaduais, manifesta sua confiança e certeza de que o presidente da República promoverá, "com serenidade e a energia necessária", a correção dos desequilíbrios. Pede, ainda, a ampliação do processo de abertura e a liberação de espaços para que todos os segmentos da sociedade possam atuar e colaborar. Os líderes empresariais, dizem, também, confiar na adoção das seguintes medidas inadiáveis:

— Renegociação global da dívida externa em termos compatíveis com a realidade brasileira;

— Reordenação da economia no campo interno, através de ampla e imediata revisão de prioridades e da realocação de recursos em mão-de-obra e insumos nacionais, de modo a permitir que, simultaneamente com o objetivo de equilibrar as contas externas, possa o país sustentar um mínimo de crescimento que torne o seu esforço socialmente menos doloroso e economicamente mais eficiente;

— Redução do déficit público através de corte dos gastos de custeio e controle rígido das despesas e programas das empresas estatais através do Congresso Nacional;

— Drástica e urgente redução nas taxas de juros para desestimular a especulação financeira estéril e promover a retomada do crescimento da economia, invertendo o processo de desemprego, reduzindo-o a níveis suportáveis e assegurando oportunidades de trabalho aos brasileiros;

— Reforma tributária compatível com uma nova estrutura federativa e com o efetivo equilíbrio na distribuição da renda entre as pessoas, e as regiões geográficas.

Finalmente, o relatório alerta que essas são as condições mínimas para que a nação volte a confirmar plenamente em suas lideranças, retomando o caminho do desenvolvimento econômico e social. E tempo — diz o documento — de evitar o desespero e a convulsão social. E tempo e hora de exigir a abertura econômica e retomar o desenvolvimento.